

Cruzeiro pode perder zero

NELSON PANTOJA

Antes de viajar para o exterior, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, reafirmou, a toda voz, que o país vai alcançar, este ano a meta de US\$ 26 bilhões no setor de exportação. Com a eloquência que o caracteriza, atacou os descrentes, fulminou os pessimistas e garantiu que vamos alcançar o tão almejado equilíbrio em nossa balança comercial, deficitária desde 1977.

Foi mais um recado delfiniano, no mais perfeito estilo. Nada surpreendente para quem costuma dourar de otimismo a pilula da verdade. Ao lado desta tática, contudo, pairam uma série de dúvidas sobre como o país vai alcançar os US\$ 26 bilhões. Enquanto Delfim, no front, não dispensa bordoadas até mesmo aos que se encontram nos flancos, na sua retaguarda, mas precisamente no Ministério da Fazenda, Ernane Galvêas e sua equipe agem com mais cautela, buscando, na surdina, uma fórmula para municiar as armas imprescindíveis para não deixar o seu estrategista exposto.

As dificuldades são muitas e a dúvida, em termos globais, atroz. 1982 é um ano eleitoral, pelo menos se espera que seja, e o Governo, sabem as autoridades, precisa de qualquer maneira reduzir a inflação e alcançar o equilíbrio na balança comercial. Estas são as metas prioritárias definidas para este ano. Mas como atingi-las? Eis o cerne da questão.

Nos bastidores do Ministério da Fazenda, onde tudo se sabe, mas nada se revela, há quem defina com muita propriedade que o "Governo vive um momento de desespero responsável". E não só define como traduz **ipsis literis** a situação: chegamos a um tal ponto, que a economia, com as mudanças introduzidas em novembro do ano passado, ou se alinha, ou então desaba no precipício de má vez. Pela lei das probabilidades, a lógica é inquietante:

REFORMA

Já se considera possível até que o Governo introduza uma radical mudança na moeda. O raciocínio é o seguinte: o País deve ao exterior, segundo os números oficiais, em torno de US\$ 53 bilhões. E aumenta, a cada dia, o seu débito. Se não tiver outra saída, para este labirinto, é possível, como diz o ministro, que um zero do cruzeiro. Assim, diminuiríamos a

aparência da dívida, passando a dever milhões em vez de bilhões, com facilidades também para a contabilidade interna.

Na intimidade, para justificar sua ideia, autoridades do governo usam um argumento histórico: "Já fizemos isto uma vez, não custa nada fazer de novo". A hipótese, portanto, está aventada. Por enquanto, de concreto, nada se sabe além disso, o que leva a supor que a mudança da moeda é um projeto a longo prazo.

E é sob qualquer hipótese que o Governo tenta, desesperadamente, manter a sua responsabilidade. No setor de exportação, especificamente, em termos aparentes, o vento, desde o início do ano, está a favor. O déficit na balança comercial tem demonstrado tendência de queda, com o país apesar das dificuldades mundiais, aumentando, gradativamente, suas exportações. Há, entretanto, nebulosidade à vista.

Em novembro do ano passado, para fortalecer a economia interna, Delfim encabeçou uma profunda mudança nas diretrizes da economia nacional: acabou com a prefixação cambial, liberou as taxas de juros, criou incentivos à poupança, se aproximou, enfim, do que se chama nos compêndios de "economia de mercado livre". Flertou, em outras palavras, com a linha ortodoxa do Fundo Monetário Internacional e conseguiu, como seria fácil de prever, reconquistar a simpatia dos credores, que não se cansavam de "pichar" a imagem do Brasil no exterior. Deu a volta por cima, mas pelo que parece, ainda não levantou a poeira.

Delfim e Galvêas sabem disso. Para fortalecer o setor de exportação, em abril, inspirados no que já tinha sido feito pelo ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, resolveram voltar o crédito-prêmio do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para os manufaturados. Restabelecido o incentivo e restabelecida a euforia do empresariado, o Governo agora se vê diante de um dilema: para garantir o subsídio, terá que, no mínimo, desembolsar cerca de Cr\$ 90 milhões. De onde tirar esta verba?

É uma pergunta até agora sem resposta. Galvêas, que ultimamente tem se mostrado extremamente misterioso, não dirime a dúvida, mantendo-se sempre numa posição defensiva quando qualquer repórter o ataca com esta pergunta. Quando percebe que está cercado, procura insinuar que a verba pode ser repa-

sada do orçamento monetário, hoje com profundos buracos provocados pelas estatais. — E explica que a "gente sempre faz o orçamento por baixo". É a teoria clássica do que se tem em mãos, e do que se pode gastar. Justifica, mas não explica.

Justificar e não explicar, aliás, é a especialidade ultimamente do ministro. Um caso claro: o seguro de câmbio que o próprio Benedito Moreira, diretor da Cacex-Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, portanto, um de seus assessores diretos, garantiu que o Governo criaria para proteger os exportadores de bens de capital. Galvêas, reticente, desmentiu a sua criação, mas deixou a entender, que há possibilidades de uma ajuda ao setor, mas que "não seria bem desta forma", porque ela poderia suscitar novas retaliações comerciais no exterior contra o Brasil.

Em suma, o Governo vai ajudar o setor de bens de capital, incentivando a exportação dos produtos, mas prefere não declarar isto publicamente, apontando por um "jeitinho" que fique a salvo dos olhos e das garras dos "gringos". Nos bastidores do Ministério da Fazenda, há quem admita claramente: está sendo estudada uma ajuda, porque a indústria pesada está sofrendo vários revezes, entre eles, a exigência feita pelos credores brasileiros que, em quase sua totalidade, emprestam, mas, em contrapartida, exigem que o país compre equipamentos no exterior, em prejuízo dos produtores nacionais.

O café é outro exemplo ilustrativo. Tradicionalmente, o nosso principal produto de exportação, esta rubiacea, por força dos acordos internacionais, está sendo vendida no mercado externo a preços abaixo dos desejados pelas autoridades monetárias, caindo, mês a mês, a sua contribuição para equilibrar a balança comercial do país. Como se isto não bastasse, a Argentina resolveu sobretaxar em 8% a entrada deste produto em seu mercado. Além disso, os produtores querem um preço de garantia, por saca, num teto mínimo de Cr\$ 13 mil e o Governo, sufocado pelas dívidas, tem condições de passar dos Cr\$ 9 mil e 500.

Para tentar minimizar os problemas, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Carlos Viacava, tem se reunido constantemente com as autoridades ligadas ao setor cafeeiro. Na última semana, encontrou-se com o presidente do IBC-Instituto

Brasileiro do Café, embaixador Octávio Rainho, para debater, exaustivamente, a questão, ávido por uma saída, não só econômica, como diplomática, para o caso da sobretaxa argentina.

O encontro Viacava-Rainho foi na manhã de quinta-feira a portas fechadas, longe dos jornalistas. Da reunião nada se sabe em termos de resultados. Na tarde do mesmo dia, foi a vez do ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, conversar com Galvêas. O que discutiram, não foi revelado, mas é óbvio que o café foi o principal assunto. Na reunião do Conselho Monetário Nacional, marcada para o próximo dia 17, este mistério deverá ser desvendado.

Enquanto não encontra uma solução para o café, Viacava tenta estimular a exportação de manufaturados e de produtos primários. Desde que assumiu o cargo, em substituição a Eduardo de Carvalho, hoje na presidência do Banco do Estado de São Paulo, tem promovido encontros com os mais diversos setores, na tentativa de impulsionar a exportação da produção excedente, como a de carne industrializada e a de frango.

A tática de Viacava, é aparentemente, simples: convoca os representantes dos setores, escuta os seus problemas, e com a margem de manobra que ainda existe, segundo ele, na verba da Resolução 674 (subsídio à produção destinada à exportação), estabelece uma certa quantia para injetar ânimo nos exportadores. Em seu gabinete é esta regra que prevalece. Fora dele, é outra: enquanto o secretário-geral da Fazenda libera verba da 674, os produtores gritam que a verba não está sendo liberada pelo Governo.

Esta é mais uma das interrogações do oficialmente chamado "desespero responsável". Quando perguntado sobre o problema da liberalização da verba através da 674, Viacava, displicentemente, responde que "disso não tenho nenhuma informação". E passa a enumerar os seus incontáveis projetos, que depois da carne e do frango, deverão abranger também o setor petroquímico. Projetos há em abundância, verba porém...

O "desespero responsável" pode ser traduzido, também, pelo que está ocorrendo com o crédito agrícola, visivelmente inflacionário, como o próprio ex-ministro da Fazenda do Gover-

no Castelo Branco, Octávio Bulhões, definiu em seu depoimento prestado há cerca de um mês na Câmara dos Deputados. E o atual titular da Fazenda, Ernane Galvêas, embora não confesse publicamente, está preocupado com o andamento das coisas nesta área. Tanto isto é verdade, que, na surdina, enviou o seu coordenador de assuntos econômicos, Mailson Nóbrega, aos Estados Unidos, há cerca de um mês, para estudar minuciosamente o modelo agrícola naquele país, para, oportunamente, efetuar as mudanças convenientes na sistemática em vigor no Brasil. Sabe-se, de antemão, que os especialistas norte-americanos, quando informados do "jeitinho" brasileiro para agricultura, não titubearam em defini-lo como "um investimento a longo prazo fadado a gerar prejuízos".

Galvêas, que de semana a semana muda drasticamente suas opiniões, como Cristo transformou água em vinho, se antes não admitia nem falar no assunto, agora já acha que o crédito agrícola suplantou as projeções oficiais, e apela para os bancos comerciais passarem a trabalhar conjuntamente com o Governo nesta área. Sobre a mudança na sistemática adotada pelo Brasil, diz que "estamos estudando o modelo norte-americano, para aproveitar algumas ideias. Copiar, jamais, mesmo porque a cópia é sempre pior do que o original". É outra de suas justificativas.

Do emaranhado geral de dúvidas, interrogações, que cercam a meta de exportar US\$ 26 bilhões este ano, e de reduzir o índice inflacionário, não se pode negar, contudo, que as autoridades monetárias estão se esforçando para atingir os objetivos. E do exterior, na última semana, chegou a notícia que tanto esperavam: os membros da OPEP reunidos em Genebra resolveram congelar o preço do petróleo, justamente o "culpado", como definem Delfim e Galvêas, por toda a "tragédia" econômica na qual está afogada a Nação.

Do recado delfiniano, portanto, a realidade brasileira, há uma grande distância. Distância que no Ministério da Fazenda, apoiado no ditado de que "os números não mentem", os mais diretos assessores de Galvêas, insistem em classificar como "desespero responsável". E esta definição, ao contrário das de Delfim, ainda não apareceu em nenhum "press-release".